

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

2025/2026

Curso

Mestrado em Educação – Administração Educacional

Designação

Análise das Políticas e das Organizações Educativas

Docente (s)

Luís Miguel Carvalho (responsável) e Sofia Viseu

Descrição geral

7,5 ECTS - 2 horas semanais, sessões teórico-práticas

Objectivos / Competências

O trabalho pedagógico procura promover a aquisição de conhecimentos sobre os campos de estudo da política educativa e das organizações educativas e sobre os principais modelos de análise aí utilizados, mormente os associados a programas de investigação da área da Administração e Política Educacional do Instituto da Educação. É ainda propósito da unidade curricular facilitar o desenvolvimento das capacidades de análise e de reflexão dos mestrandos acerca dos seus (presentes e/ou futuros) contextos de intervenção - organizacionais e profissionais. Assim, a unidade curricular abordará: (I) o conhecimento sobre o estado actual da investigação na área da Administração e Política Educacional, de modo a que os mestrandos sejam capazes de inscrever de modo pertinente e adequado os seus futuros projectos de pesquisa na trajectória de uma comunidade de pesquisa; (II) os principais conceitos e modelos de análise utilizados no âmbito da investigação sobre políticas e organizações educativas, de modo a que os mestrandos sejam capazes de os identificar, (III) o conhecimento acerca da regulação das políticas e da acção pública em educação, de modo a que os mestrandos sejam capazes de o aplicar na descrição, interpretação e análise de situações concretas.

Conteúdos programáticos (sinopse)

Temática I - A Administração Educacional como campo de estudo

Trajectória e constituição de uma área multidisciplinar. Um olhar socio-histórico sobre a evolução da área da Administração Educacional. O carácter multidisciplinar da Administração Educacional e as suas linhas estruturantes. Algumas demarcações elementares relativas à orientação da pesquisa na área da Administração Educacional: reflexão reformadora / estudo científico; orientação normativa / orientação analítica.



A investigação realizada em Portugal. Caracterização da investigação produzida na área da Administração Educacional em Portugal e esboço de um roteiro de obras fundamentais no âmbito dos estudos sobre as organizações educativas e sobre as políticas educativas. Elementos de diferenciação e de cruzamento entre as análises da política educativa e das organizações educativas. Os estudos sobre os gestores escolares.

Temática II - Os estudos sobre as organizações educativas

A trajectória da teorização social das organizações. Caracterização das perspectivas teóricas e dos principais modelos de estudo das organizações educativas. A questão da racionalidade dos actores nas organizacionais: do actor racional ao actor múltiplo (social, político, cultural); da racionalidade «total» à racionalidade limitada, relacional e situada.

Estudos portugueses sobre as organizações educativas. Modelos de análise utilizados em estudos sobre organizações educativas – problemas que suscitaram os estudos, delimitação da literatura relevante, problemáticas e objectos de estudo.

Temática III - O estudo das políticas educativas

As políticas públicas sob a perspectiva da acção pública. Os diferentes níveis, actores e modalidades da intervenção no âmbito das políticas públicas de educação A noção de regulação (aplicado à análise das políticas educativas). Regulação institucional e regulação situacional. Regulação transnacional, regulação nacional, regulação local. Multirregulação. Modos de regulação burocráticos e pós-burocráticos.

A trajectória da regulação institucional da educação em Portugal entre 1986 e a actualidade. Mudanças e continuidades no plano dos valores/crenças educativas. Mudanças e continuidades nos modos de intervenção da autoridade pública. O caso da autonomia e da administração das escolas.

Estudos recentes (selecção de casos, a definir): a regulação transnacional e os instrumentos de regulação baseados no conhecimento; a contratualização da autonomia das escolas; a interdependência competitiva entre escolas; as lutas concorrenciais pela atribuição e distribuição de bens educacionais escolares; a guestão da 'escolha das escolas'.

Bibliografia geral

Afonso, N. (1994) A Reforma da Administração Escolar: A abordagem política em análise organizacional. Lisboa: IIE.

Antunes, F. & Sá, V. (2010). Públicos Escolares e Regulação da Educação. Fundação Manuel Leão.

Barroso, J., org. (2003). A Escola Pública: Regulação, desregulação, privatização. ASA.

Barroso, J. (2005). Políticas Educativas e Organização Escolar. Universidade Aberta.

Barroso, J., org. (2006), A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, dinâmicas e actores. Educa.

Barroso, J. & Afonso, N. org. (2011). As Políticas Educativas em Portugal. Fundação Manuel Leão.

Carvalho, L.M. (1992). Clima de Escola e Estabilidade dos Professores. Educa.

Carvalho, L.M. (2002) Oficina do Colectivo. Educa.

Carvalho, L.M. (2016). A Construção de Conhecimento sobre Políticas Públicas de Educação em Portugal. Instituto de

Educação da Universidade de Lisboa. E-book. Disponível em: https://www.ie.ulisboa.pt/investigacao/publicacoes/colecoes-anteriores-de-ebooks

Carvalho, LM org. (2017) PISA: Um Instrumento de Regulação da Educação. Compilação de Estudos (2008-2017).

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa Disponível em https://www.ie.ulisboa.pt/investigacao/publicacoes/colecoes-anteriores-de-ebooks



Formosinho, J., Fernandes, A.S., Machado, J. & Ferreira. F.I. (2005). Administração da Educação. Asa.

Friedberg, E., (1995). O Poder e a Regra. Piaget.

Lima, L. (2011). Administração Escolar: Estudos. Porto Editora.

Lima, L.C., org. (2011). Perspectivas de Análise Organizacional da Escola. Fundação Manuel Leão.

Neto-Mendes, A., Costa, J. A. & Ventura, A., orgs. (2011). *A Emergência do Diretor da Escola: Questões políticas e organizacionais*. Universidade de Aveiro.

Normand, R., Moos, L. & Carvalho, LM eds. (2025). National and Transnational Elites Influences on Education. Springer Sarmento, M.J. (2000). *Lógicas de Acção nas Escolas*. IIE.

van Zanten, A. (2004), Les Politiques d'Éducation. PUF.

Métodos de ensino

Utilizar-se-ão modalidades de trabalho diversas: exposição e síntese de temas; discussão de textos; análise de casos. A apresentação e a discussão dos temas programáticos decorrerão em plenário e em pequenos grupos. Na plataforma *moodle* serão disponibilizados materiais de apoio e quando necessário serão agendadas sessões de acompanhamento dos trabalhos a realizar pelos alunos.

Regime Geral de Avaliação

No Regime Geral de Avaliação, a aprovação na UC exige que o estudante obtenha, no mínimo, 10 valores nas componentes de avaliação, seja individual ou grupo. Caso o aluno obtenha uma nota inferior a 10 valores em qualquer uma das componentes, mesmo que a ponderação das componentes seja superior a 10 valores, a nota registada em pauta será a mais baixa. Nos alunos em regime geral, a avaliação será contínua, contemplando o envolvimento ativo e produtivo dos alunos nas aulas, quer através da sua participação nas sessões e respetivas atividades, quer no contributo individual para a realização do trabalho em grupo em três componentes de avaliação: a) os trabalhos apresentados pelos mestrandos ao longo do semestre (a realizar em pequenos grupos, sobre textos indicados pelos docentes e de acordo com guião definido) (30%); (B) uma reflexão escrita individual (40%); (C) a participação/assiduidade nas atividades propostas (30%).

Regime Alternativo de Avaliação

- O Regime Alternativo de Avaliação é exclusivo para os alunos com o estatuto de trabalhador-estudante, de atleta de alta competição e outros regulamentarmente previstos. Nesses casos, a aprovação na UC implica a presença obrigatória nos momentos definidos para avaliação formativa. Os estudantes terão acompanhamento a distância via moodle e e-mail de acordo com plano, sendo que o trabalho a desenvolver inclui:
- a) a realização de um trabalho de análise de um caso sobre organizações educativas, envolvendo a mobilização de elementos conceptuais e conteúdos constantes do programa; a apresentação do trabalho em curso em dois pelo menos momentos de avaliação formativa (50%);
- b) a realização de um teste escrito na época de avaliações (50%).

Regras relativas à melhoria de nota

Melhoria através de Exame (prova escrita), a realizar até ao final do ano letivo seguinte aquele em que obtiveram aprovação na unidade curricular época de recurso.